

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.347 - CE (2016/0225820-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : LUCIA TELMA PEREIRA  
**RECORRENTE** : MARIA VANDA FERREIRA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DA MULTA AMBIENTAL EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Lúcia Telma Pereira e outra, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fl. 352):

CIVIL, AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. EMBARCAÇÃO COM COMPRESSOR DE AR UTILIZADA PARA PESCA SEM LICENÇA DO ÓRGÃO COMPETENTE. PESCA EM QUANTIDADE SUPERIOR À PERMITIDA. UTILIZAÇÃO DE APARELHO, PETRECHOS E TÉCNICAS NÃO PERMITIDAS. ARTIGOS 29 E 34, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI Nº 9.605/98 C/C ARTIGO 24 E 35, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO DECRETO Nº 6.514/08. CAPTURA DE LAGOSTA POR MEIO DE MERGULHO. ARTIGO 9, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 138/06, DO IBAMA. VIOLAÇÃO. PENA DE MULTA. NÃO CONVERSÃO DA CONDENAÇÃO PECUNIÁRIA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

1. Nos termos do art. 35, parágrafo único, II, do Decreto 6.514/08, a conduta de pescar em período ou local no qual a pesca seja proibida sujeita-se a incidência de multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais), por quilo ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para uso ornamental, incorrendo na mesma penalidade quem pesca quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos.

2. O art. 9º da Instrução Normativa Interministerial nº 138/2006, editada pelo IBAMA, proibiu "captura de lagostas por meio de mergulho de qualquer natureza". Em seu parágrafo único, o mesmo artigo ainda estipulou que: "As embarcações que operam na pesca de lagostas não poderão portar qualquer tipo de aparelho de ar comprimido e instrumentos adaptados à captura de lagostas por meio de mergulho".

3. Hipótese em que a parte demandada foi autuada por pescar em quantidade superior à permitida, mediante utilização de aparelho, petrechos e técnicas não autorizadas. As apelantes foram responsabilizadas pela embarcação com compressor de ar de sua titularidade, utilizada para pesca sem licença do órgão competente. O auto de infração resultou na imposição de multa simples.

4. As circunstâncias de cometimento da infração (gravidade e extensão do dano) não permitem a conversão da pena de multa fixada em prestação de

serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

5. Sopesando a gravidade da conduta, os antecedentes e a situação econômica das apelantes, verifica-se a proporcionalidade da multa imposta em R\$ 8.000,00, tendo havido a correta gradação prevista no art. 6º da Lei nº 9.605/98.

6. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados.

As recorrentes alegam violação do artigo 72, § 4º, da Lei n. 9.605/1998. Defendem a possibilidade da conversão da pena de multa em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 399.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC de 2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No mais, a Corte de origem concluiu pela impossibilidade de converter a pena de multa simples em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, ante as circunstâncias de cometimento da infração (gravidade e extensão do dano).

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

A propósito, vide:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA OBJETIVANDO A ANULAÇÃO DA MULTA APLICADA PELO IBAMA DECORRENTE DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. CRIAÇÃO ILEGAL EM CATIVEIRO DE AVES SILVESTRES. CONVERSÃO DA MULTA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MELHORIAS AMBIENTAIS. JULGADO QUE LEVOU EM CONSIDERAÇÃO A AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES DO INFRATOR, O GRAU DE INSTRUÇÃO E A SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS PREMISSAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO INTERNO DO IBAMA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O julgado de origem, com base na sentença, ao converter a multa aplicada pelo IBAMA em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, considerou a ausência de antecedentes do infrator, o grau de instrução e a sua situação econômica, elementos constantes no acervo fático-probatório dos autos.

2. A jurisprudência desta Corte Superior entende ser possível a conversão da pena de multa em prestação de serviços de melhorias ambientais, porém, a alteração de tais conclusões, na forma pretendida pelo recorrente, em sede de Recurso Especial perante este STJ, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada nesta seara

recursal. Precedentes: AgInt no REsp. 1.634.320/ES, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 23.5.2017; AgInt no REsp. 1.598.747/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 3.10.2016.

3. Agravo Interno do IBAMA a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.553.553/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/08/2017)

No mesmo sentido: AgInt no REsp 1.598.747/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 03/10/2016; AgInt no REsp 1.490.083/RN, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 03/08/2017; AgRg no REsp 1.356.163/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/05/2015.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

